

A VOZ

DO NORDESTE

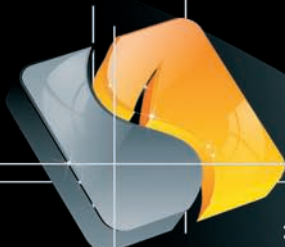
esta revista é parte integrante do Jornal Nordeste e não pode ser vendida separadamente

Macedo de Cavaleiros

**Feira de
S. Pedro:
um certame
que engrandece Trás-os-Montes**



Bombeiros de Bragança com contas equilibradas



FSARQUITECTOS

:: ARQUITECTURA :: CERTIFICAÇÃO ENERGÉTICA
:: ENGENHARIA :: MOBILIÁRIO POR MEDIDA



cozinhas
banho
roupetiros

jdias^{pt}



Certificação Energética
e Ar Interior
EDIFÍCIOS

WWW.FSARQUITECTOS.PT
ARQ. MÁRIO FONSECA
ARQ. ANTÓNIO SECA
ENG. VIRIATO GALEGO
(PERITO QUALIFICADO)



**josé mário
l e i t e**

Director-adjunto do Instituto Gulbenkian de Ciência

2

A VOZ
DO NORDESTE

A Internet tem destas vantagens. Está lá tudo! E tudo é possível neste maravilhoso mundo novo. Foi assim que o Mário e o Manuel, gémeos univitelinos e (quase) iguais como duas gotas de água descobriram que na cidade onde moravam haviam outras oito duplas iguais a eles. Fundaram um cibergrupo para falar sobre os temas comuns a quem quase tudo tem em comum, até os gostos, e de entre os inúmeros aderentes, nove pares viviam exatamente na mesma localidade.

Nos inúmeros temas de discussão que iniciaram, participaram e fomentaram um, que causou intensa polémica e longas dissertações, tinha a ver, precisamente, com os gostos de cada um. Havia alguns (poucos) que gostavam de se diferenciar e esses rapidamente foram colocados fora. Os restantes mantiveram prolongada conversa sobre, não só as opções idênticas mas, sobretudo, sobre a motivação das mesmas. Que era genético, garantiam uns. Que não, diziam outros. Porque se separados era altamente im-

Palavras Soltas

Maiorias

provável que num determinado dia, se distantes, ambos se vestissem da mesma forma. Que isso não garantia nada porque a forma como nos vestimos não é genética mas ambiental. Isso não prova nada. Havia quem garantisse que a decisão quando idêntica era comum. Que não, que havia sempre um que liderava e o outro "de forma natural" aderiria.

Foi assim que nasceu a ideia da superpisa. Há na Pisaria da esquina uma opção engraçada e que consiste na confeção de uma pisa super para nove comensais, com um preço muito baixo. O único senão é que havendo três opções apenas uma seria servida, a que fosse consensual.

Ora esta era a oportunidade que vinha mesmo a calhar para coroar as centenas de "posts" que encheram o blogue dos gémeos. A experiência era simples: iam as nove duplas para o restaurante sem falarem sobre pisas e muito menos sobre as opções disponíveis. Chegados lá dividiam-se e cada

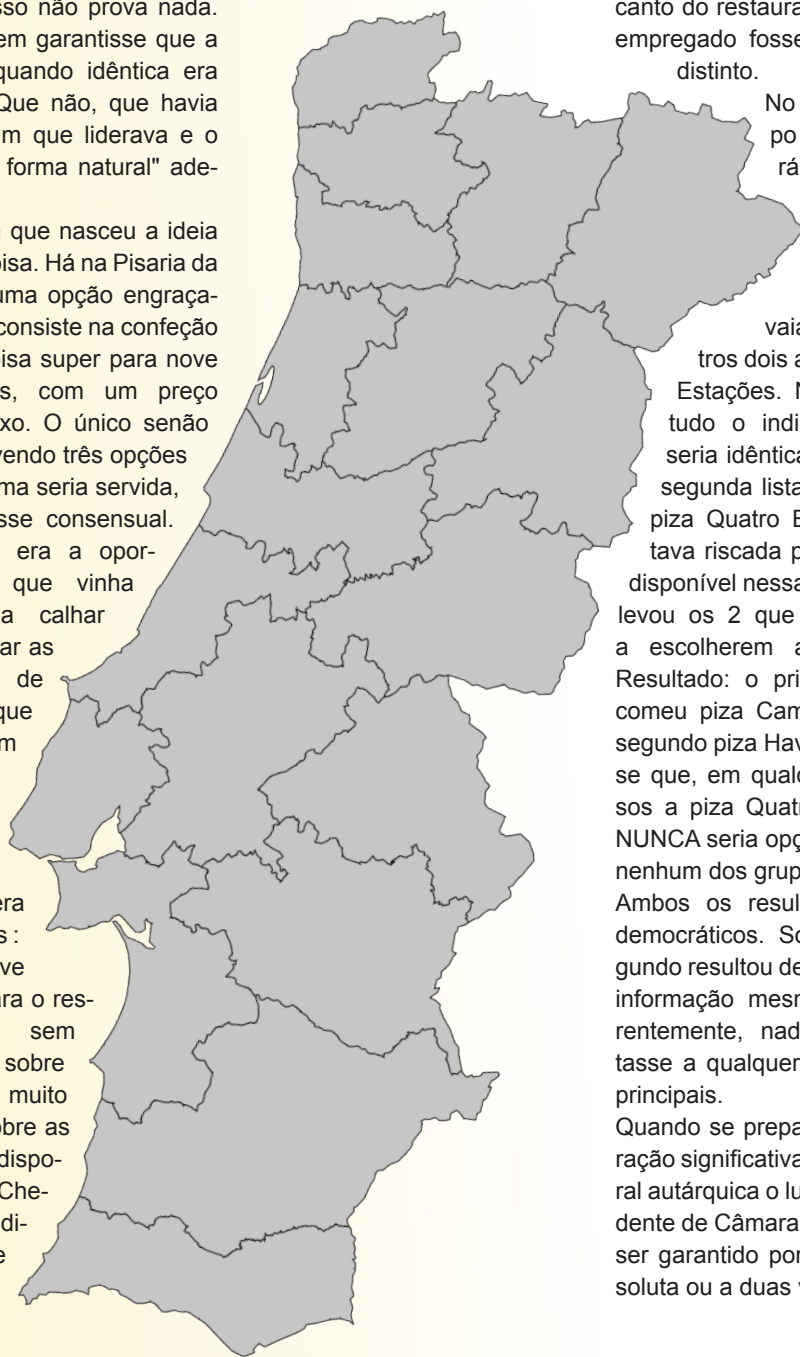
um dos gémeos ia para um grupo. Nove para um lado e os outros nove para o outro. Escolheriam de forma democrática e todos acatariam a opção maioritária. Segundo

os defensores da opção igual natural entre os gémeos o resultado seria o mesmo. Para os outros, nem tanto assim. Chegaram, pediram mesas separadas (uma em cada canto do restaurante) e que o empregado fosse igualmente distinto.

No primeiro grupo a opção foi rápida: quatro escolheram piza Camponesa, três Havaiana e os outros dois a piza Quatro Estações. No segundo, tudo o indica a opção seria idêntica. Só que na segunda lista a opção da piza Quatro Estações estava riscada por não estar disponível nessa noite, o que levou os 2 que a preferiam a escolherem a Havaiana. Resultado: o primeiro grupo comeu piza Camponesa e o segundo piza Havaiana. Note-se que, em qualquer dos casos a piza Quatro Estações, NUNCA seria opção final para nenhum dos grupos.

Ambos os resultados foram democráticos. Só que o segundo resultou de uma melhor informação mesmo que, aparentemente, nada acrescentasse a qualquer das opções principais.

Quando se prepara uma alteração significativa na lei eleitoral autárquica o lugar de presidente de Câmara, não deveria ser garantido por maioria absoluta ou a duas voltas?



cha técnica ficha técnica ficha técnica ficha técnica

Nesta edição



Economia

8 | “Só resta a Feira de S. Pedro”

10 | Fortalecer a agricultura



11 | Miss Portugal em Macedo de Cavaleiros

12 | Feira de S. Pedro: um certame com 29 anos de história

Economia Social

14 | “O apoio da autarquia tem sido fundamental”

16 | “Bragança deve ter orgulho nos seus bombeiros”

17 | Aposta na formação dos bombeiros



Entrevista

6 | Construção:

“Um sector sem rumo”

e ainda:

Opinião

2 | Maiorias

José Mário Leite

4 | Vulnerabilidade

Luís Frólén Ribeiro

5 | Estratégia Convencional II

António Verdelho

“Com todo o direito”

18 | Terminologia Jurídica – alguns conceitos

Susana Ferreira dos Santos

Socorrer e gerir

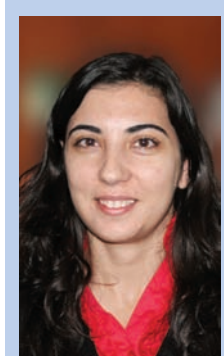
As missões dividem-se, mas não podem ser dissociadas. Sem meios financeiros não é possível ser eficaz no socorro, mas é a intervenção na comunidade a principal bandeira dos Bombeiros Voluntários. Esta semana damos-lhe a conhecer a história dos Bombeiros Voluntários de Bragança, que em tempo de crise conseguem ter as contas equilibradas graças a uma gestão cuidadosa. Esta é uma vertente da economia pouco explorada, mas com impacto na sociedade. Na capital de distrito, os bombeiros contam uma história de sucesso. O quartel sofreu obras, foram melhoradas as condições operacionais e de conforto para os elementos da corporação, que é cada vez mais profissional. No entanto, o voluntariado também tem um papel fundamental na actividade da corporação brigantina.

A combinação entre todas as vertentes faz desta corporação uma instituição de boa saúde financeira, numa altura em que a maioria das organizações atravessa graves dificuldades financeiras.

Em termos económicos a Feira de S. Pedro continua a dar cartas. Numa altura em que foi suspensa uma das feiras homólogas, a Reginorde, Macedo de Cavaleiros mantém vivo um certame com 29 anos de história. E sempre com novidades. Este ano, a promoção da albufeira do Azibo, candidata a maravilha nacional, e a aposta no sector da agricultura é o regresso às raízes da feira. Modernização aliada a tradição traduz-se em bons negócios para impulsionar a economia.

Em dificuldades continua o sector da construção. O I Encontro de Empresários do sector da Construção e Imobiliário surgiu numa altura em que há empresas a encerrar diaria-

mente. Deste encontro saiu a necessidade de implementar um Plano de Emergência para salvar as empresas que atravessam dificuldades. Resta agora saber se o Governo vai “deitar a mão” a este sector e impedir que mais trabalhadores sejam atirados para o desemprego, numa altura em que também o mercado de trabalho externo deixa de ser opção para os profissionais ligados ao sector. O número de desempregados não pára de aumentar. Quanto ao futuro, vamos ver se traz melhores notícias para todos os portugueses, que sentem na pele diariamente as medidas restritivas que resultam do acordo com a Troika.



teresa
batista



**luís frólén
ribeiro**

Professor
e Investigador
(IPB)

Ao aprender a
viver com as va-
riações do clima
poupa-se muito
dinheiro. Comece a
poupar já!

Vulnerabilidade

Em Portugal a terra treme. Fomos ensinados que vivemos num país com actividade sísmica regular e temos que estar preparados para isso. Apesar de não terem vivenciado nenhum terremoto, os jovens engenheiros saem do curso munidos das ferramentas de cálculo e normas para que os seus futuros projectos prevejam eventuais sismos. O que reduz a vulnerabilidade do nosso parque habitacional. A questão é esta – vulnerabilidade. É por demais frequente a confusão entre vulnerabilidade e variabilidade. E quando se fala do clima, muito pior.

O clima sempre foi motivo de conversa. Mas não imagino que seja o tópico mais comum entre povos de outras latitudes. Os esquimós da Gronelândia certamente que terão mais assuntos a discutir do que as subtis diferenças entre seis meses de frio extremo ou seis meses de extremo frio. Também parece evidente que os serões dos manauaras na Amazónia deverão ser mais

ricos do que uma discussão sobre os seis meses de calor seco ou os seis meses de calor húmido.

Em Portugal, como noutras zonas temperadas do globo, o clima varia. E tanto varia que são precisos 30 anos para definir um ano normal! E há diferenças entre cada conjunto de 30 anos: um ano normal dos nossos pais difere do ano normal dos nossos avós, estes por sua vez também diferem do nosso ano normal ou dos nossos filhos.

O último mês de Março foi seco. Muito seco. Foi o sexto Março mais seco em 80 anos. O que quer dizer que houve 5 ainda mais secos! A questão não reside na variabilidade do clima, mas como vivemos – e somos vulneráveis – num clima tão variado.

Vejam três exemplos apenas deste século. Na onda de calor de Julho a Agosto de 2003 arderam mais de 300 mil hectares de floresta, morreram 18 pessoas e 85 ficaram desalojadas. Estávamos

vulneráveis. A 9 de Janeiro de 2009 nevou no Porto com corte nas auto-estradas por quase 2 dias. Estávamos vulneráveis. A 20 de Fevereiro de 2010 recebemos pela televisão imagens terríveis das enxurradas na Madeira que provocaram 43 mortos, 8 desaparecidos, muitos feridos e desalojados além de prejuízos na ordem 1,3 mil milhões de euros. Estávamos vulneráveis.

E como vivemos com esta vulnerabilidade? O maior aluvião de que há registo na Madeira decorreu a 9 de Outubro de 1803, tendo perecido mais de 1000 pessoas no Funchal. Só no século XX ocorreram 22 aluviões – o que dá uma média aproximada de 1 aluvião a cada 5 anos! Não subscrevo a crítica fácil de apontar responsabilidades à protecção civil ou aos bombeiros, que nos habituaram a fazer muito com o pouco que tem. Nem tão pouco tenho o desplante de sugerir que a culpa é das vítimas. Mais uma vez somos vítimas da nossa ignorância.

Portugal é um país de brandos costumes e clima ameno, e amenas são as nossas preocupações sobre o clima. Quantas das nossas crianças, ou adultos, sabem qual o valor da precipitação, humidade ou simplesmente a temperatura da sua região? Quantos sabem como se forma o nevoeiro ou a geada, ou se preparam para os dias vindouros de acordo com a previsão meteorológica. Tal como os nossos jovens engenheiros que não viveram um sismo mas já estão habilitados de antemão, talvez estivéssemos melhor preparados como povo se, em vez de nos preocuparmos com teorias sobre o aquecimento global, conhecêssemos melhor o nosso clima – e as nossas vulnerabilidades.



Estratégia de Cumprimento II



**antónio
verdelho**

docente do IPB

No artigo anterior falámos de diferencial fiscal – diferença entre a cobrança de receita corrente e a que poderia ocorrer se todos cumprissem as suas obrigações fiscais. O que se está a passar com o índice da Economia Não Registada (ENR), que em 30 anos passou de 9,3 para 24,2 por cento do PIB - o equivalente a 40 mil milhões de euros – mostra que temos de mudar, urgentemente, esta situação: mais do que nunca é preciso encontrar uma estratégia que dê abrigo à exigência política de mais receita fiscal e à expectativa de alívio da carga fiscal por parte dos cidadãos e das empresas.

Embora estes objectivos pareçam antagónicos é possível encontrar um ponto de contacto (ou uma solução) que resolva o problema de ambos. Isso pode ser conseguido se for adoptada uma estratégia que promova a Economia Registada (75,8 por cento do PIB) em detrimento da ENR (24,2 por cento do PIB), com a entrada no sistema de sujeitos passivos que se encontram na economia paralela.

A esta mesma conclusão já chegaram (além de Portugal) muitos outros países e o próprio FMI, que com base na experiência dinamarquesa tem vindo a promover workshops sobre esta estratégia, a qual na sua génese é de fácil compreensão e passa por conseguir que o contribuinte cumpra determinados requisitos. Estudos da AT australiana, identificaram quatro requisitos para o cumprimento voluntário – Registo, Documentação, Declaração e Pagamento. Estes requisitos podem ser figurativamente representados por uma escada de quatro degraus que o contribuinte deve subir degrau após degrau, devendo a actividade das AT do futuro passar pela adopção de

medidas (carácter legislativo, inspectivo, técnico, punitivo e outras) que promovam esta subida. Conseguindo o “Registo” no cadastro, o controlo deve passar à fase da “Documentação” cuja finalidade é assegurar que são emitidos e registados na contabilidade documentos de suporte de todas as operações realizadas. O processo segue para a fase da “Declaração”, para garantir que os valores relevados na contabilidade sejam transpostos para as respectivas declarações fiscais com a fiabilidade requerida. Finalmente, no que se refere ao último degrau – Pagamento – como o estádio actual da AT portuguesa já é dos mais avançados do mundo, dado o alto nível de automatização, importa simplificar os procedimentos de cobrança voluntária e dar continuidade ao que tem vindo a ser feito no campo da cobrança coerciva, com a automatização dos procedimentos de penhora, reversão, venda de bens e graduação de créditos. Do ponto de vista comportamental, a AT dinamarquesa, estratificou os contribuintes em quatro grandes camadas, usando como imagem uma pirâmide. Na base temos os contribuintes que estão dispostos a pagar e cumprir. Subindo uma camada passamos aos que ainda estão dispostos a cumprir mas nem sempre o conseguem. Na camada seguinte, agora já mais estreita que as anteriores, temos os que não querem cumprir, mas podem ser influenciados ou impedidos de não cumprir. Finalmente, no vértice da pirâmide, aparecem os determinados a não cumprir. Para que a estratégia do cumprimento tenha êxito, deve ser efectuada uma abordagem às diversas camadas da pirâmide, de forma a conseguir que os sujeitos passivos que estão numa

determinada camada desçam para a inferior até que, na situação ideal quase não haja contribuintes nas duas camadas superiores. Para conseguir esse objectivo existem muitos caminhos. No que se refere às camadas inferiores – contribuintes dispostos a cumprir – bastará melhorar o atendimento, fornecendo informações e orientações oportunas e direccionadas. Quanto aos que não querem cumprir, há em primeiro lugar que proceder a uma correcta identificação e análise dos riscos envolvidos, promover a sua segmentação por actividade e volume de negócios, criando unidades especializadas em determinadas situações (offshores, bolsa, circulação capitais), efectuar alterações legislativas que promovam o alargamento da tributação por retenção na fonte, a inversão de sujeito passivo, o corte de deduções ou despesas, e o agravamento das consequências para os incumpridores com fortes medidas sancionatórias (coimas, multas e procedimentos criminais). Complementarmente, podem ser tomadas medidas que influenciem a disponibilidade dos cidadãos para o cumprimento, designadamente campanhas de marketing, comunicados de imprensa, e incentivos e contrapartidas aos clientes para pedirem sempre factura, já que um dos motivos porque falhou a campanha lançada pelo anterior ministro das Finanças “facturar faz o País avançar – peça a factura sff” foi o facto de o cliente não ver qualquer retorno/reembolso directo resultante da sua acção cívica de obrigar a emitir a factura.

"O que se está a passar com o índice da Economia Não Registada (ENR), que em 30 anos passou de 9,3 para 24,2 por cento do PIB - o equivalente a 40 mil milhões de euros - mostra que temos de mudar, urgentemente, esta situação."

(Este artigo continua na próxima edição)

Construção: “Um sector

O sector da construção e imobiliário atravessa dias difíceis. Há empresas a fechar as portas diariamente e os trabalhadores são atirados para o desemprego. Em entrevista à Voz do Nordeste, o presidente da Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas (AICCOPN), Reis Campos, faz o balanço do I Encontro Nacional da Construção e Imobiliário, que decorreu a 5 de Junho, e realça a urgência em implementar o Programa de Emergência para salvar as empresas do sector, que vivem graves dificuldades financeiras



6

VOZ
DO NORDESTE

Voz do Nordeste (VN) – Quais as principais conclusões do I Encontro Nacional da Construção e do Imobiliário?

Reis Campos (RC) – Ao mobilizar cerca de dois mil empresários de todo o País, o 1º Encontro Nacional da Construção e do Imobiliário deixou bem patente a situação de ruptura iminente do sector, mas também que, não obstante as contrariedades que enfrenta, esta actividade assume um papel essencial para o desenvolvimento sustentado da economia nacional, defendendo-se que o colapso do sector não é uma inevitabilidade, pois existem soluções capazes de dinamizar uma actividade que, ao longo dos anos, reconhecidamente, tem sido essencial para a promoção da economia portuguesa. Nesse sentido, e tendo por base as diversas intervenções que ali foram proferidas, ficou bem evidente ser necessário um verdadeiro Programa de Emergência que, de forma integrada, permita não só salvar o sector, mas, de igual modo, evitar custos insustentáveis e incontroláveis para o País. Esta foi, de facto, a principal conclusão que resultou deste Encontro Nacional.

VN – Quais são as principais reivindicações dos empresários do sector?

RC – São necessárias medidas de excepção que, como já referi, evitem o colapso das empresas do sector. Assim, o imediato pagamento das dívidas do Estado, a dinamização da Reabilitação Urbana e do Arrendamento, a reprogramação do QREN, a estabilização do mercado imobiliário, a liquidez necessária ao funcionamento das empresas, evitando o seu estrangulamento financeiro, o reconhecimento como prioritário do processo de internacionalização do sector, a liberação das cauções, à semelhança do que acontece nos Açores e na Madeira, a revisão do Código dos Contratos Públicos, a eliminação dos impostos, em especial do IMI, que incidem sobre o *stock* de imóveis para venda, o pagamento do IVA ao Estado após o recebimento das facturas e um regime especial de extensão dos prazos das licenças municipais, são as medidas que iremos, desde já, reivindicar.

3 – Qual é a situação actual do sector da construção em Portugal, que já foi um dos maiores empregadores nacionais?

RC – Um sector sem rumo, empresas sem perspectivas quanto à sua actividade futura, desemprego a atingir máximos históricos. Esta é a nossa realidade actual, que os governantes não podem ignorar, pois, em breve, deixarão de existir soluções para muitas das nossas empresas, não por falta de capacidade, mas, sobretudo, dos recursos essenciais para a manutenção da sua actividade.

Com efeito, decorrido mais de um ano após o pedido de ajuda externa e a tomada de posse do actual Governo, os empresários da construção e do imobiliário enfrentam o risco

de colapso, fruto de uma total inacção do poder político que nada faz por uma actividade que é, reconhecidamente, uma das chaves para o relançamento da nossa economia e que, com cerca de 720 mil trabalhadores, se mantém como o maior empregador nacional. As consequências da presente situação são por demais evidentes. Os números do desemprego, relativos ao primeiro trimestre do ano, atestam bem a situação verdadeiramente dramática que as actividades da Construção e do Imobiliário enfrentam. Com efeito, verifica-se que, nestes primeiros três meses, mais de

... sem rumo”

metade dos postos de trabalho perdidos são oriundos do sector. São 38.300 trabalhadores que deixaram de ter emprego, o que significa que todos os dias estão a ser atirados para o desemprego mais 426 trabalhadores. O número de inscritos nos centros de emprego atinge máximos históricos, facto que gera encargos insustentáveis para as contas da Segurança Social, colocando em causa as metas estabelecidas.

VN – Quantas falências já se registaram este ano nos sectores da construção e imobiliário a nível nacional e no distrito de Bragança?

RC – Se considerarmos os números relativos aos encerramentos de empresas, e não apenas às insolvências declaradas, as quais resultam de processos judiciais, pelo que correspondem apenas a uma pequena parte da realidade, verificamos que, em 2011, desapareceram 8.543 empresas de construção, 85 das quais situadas na NUT do Alto Trás-os-Montes. Para este ano, as estimativas apontam para a eliminação de 13 mil empre-

sas em todo o País, se nada for feito para inverter o actual rumo.

"Em 2011, desapareceram 8.543 empresas de construção, 85 das quais situadas na NUT do Alto Trás-os-Montes".

VN – Quais os problemas que têm levado as empresas à falência?

RC – As empresas enfrentam a pior crise da sua história, destacando-se em particular problemas como a asfixia financeira provocada pela falta de pagamento das dívidas do Estado e por uma Banca que abandonou completamente o sector e não repercute na economia real os apoios que sucessivamente tem recebido. A falta de obras e de planeamento do investimento público, a concorrência excessiva, que induz a práticas reiteradas de preços anormalmente baixos, um Código dos Contratos Públicos desadequado em face das ne-

cessidades do mercado, ou a ausência de medidas para a reabilitação urbana e o arrendamento, áreas consensualmente reconhecidas como essenciais para combater a crise e dinamizar outras atividades como o comércio e o turismo.

VN – Deveria o Governo ter um papel activo na resolução deste problema?

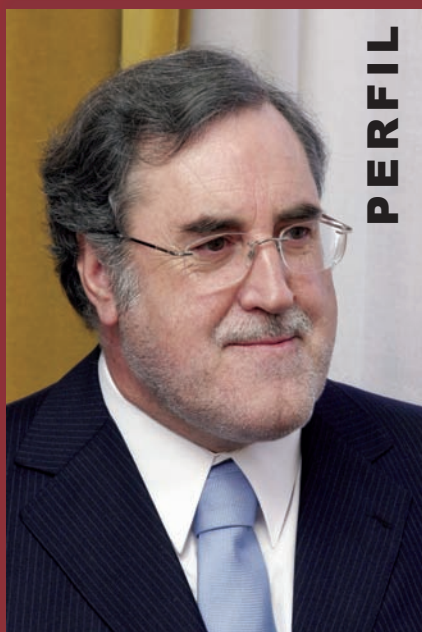
RC – Tem de ter, pois tal como, por diversas vezes, tenho afirmado, para a resolução dos problemas que as empresas de construção e do imobiliário enfrentam exige-se, sobretudo, vontade política, pelo que é do Governo que depende a adopção das medidas adequadas à preservação do nosso tecido empresarial e à manutenção do emprego que asseguramos. E a verdade é que existem inúmeras soluções de apoio ao sector que não implicam recursos financeiros do Estado e que, deliberadamente, não estão a ser implementadas. É, como referi, uma decisão política, profundamente errada, que tem consequências irreversíveis.

VN – A recuperação deste sector poderia contribuir para a diminuição da taxa de desemprego?

RC – Não está apenas em causa a diminuição da taxa de desemprego mas, sobretudo, evitar que esta assuma proporções verdadeiramente insustentáveis. Com efeito, neste momento, o sector é responsável por 23 por cento do desemprego nacional. Ou seja, um em cada quatro desempregados em Portugal são oriundos desta actividade,

"É necessário um verdadeiro Programa de Emergência (...)"

sendo certo que as nossas estimativas indicam que, neste preciso momento, existem mais 140 mil postos de trabalho em risco. São 1,7 mil milhões de euros em subsídios de desemprego e perda de receitas fiscais diretas, o que significa que, se considerarmos o efeito multiplicador do Sector, em poucos meses, iremos atingir uma taxa de desemprego nacional de 20 por cento.



PERFIL

Manuel Joaquim Reis Campos foi reeleito presidente da Direcção da Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas – AIC-COPN, para o triénio 2010/2012. Natural de Lousado, Vila Nova de Famalicão, tem 63 anos e licenciou-se em Engenharia Civil, pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. Com um longo percurso no associativismo empresarial, exerce, actualmente, os car-

gos de presidente da Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário – CPCI, vice-presidente da Federação Portuguesa da Indústria da Construção Civil e Obras Públicas – FEPICOP, vice-Presidente da Confederação Imobiliária de Língua Oficial Portuguesa – CIMLOP, presidente da Assembleia-Geral do Europarque; do Conselho Fiscal da Ordem dos Engenheiros – Região Norte, vice-presidente do Con-

selho da Construção do Noroeste Ibérico – CCNI; e do Conselho Superior Associativo da AEP.

Reis Campos é, igualmente, membro do Conselho Económico e Social – CES; da Comissão Nacional da Avaliação de Prédios Urbanos - CNAPU; do Conselho Consultivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana - IHRU; e do Conselho Consultivo do Instituto de Emprego e Formação Profissional – IEFP.

“Só resta a Feira de S. Pedro”



8

A VOZ
DO NORDESTE

A Feira de S. Pedro, em Macedo de Cavaleiros, resiste à crise e ganha força ano após ano. O número de expositores mantém-se e o cartaz musical continua forte para atrair visitantes à feira. O certame procura contrariar a actual conjuntura económica do País e de 23 a 30 de Junho esperam-se bons negócios em Macedo de Cavaleiros. Em entrevista à Voz do Nordeste, o presidente da Associação Comercial, Industrial e Serviços de Macedo de Cavaleiros, António Cunha, fala do impacto do evento na região e das novidades previstas para a este ano.

Voz do Nordeste (VN) – Esta é a XXIX edição da Feira de S. Pedro, que importância tem o certame para a cidade de Macedo de Cavaleiros e para o distrito de Bragança? António Cunha (AC) – Deixámos de poder comparar feiras no distrito, já que só resta praticamente a Feira de S. Pedro, o que é mau para a região. Mas orgulhamo-nos do certame que temos. É importante para os comerciantes, quer do concelho, quer de outros pontos do País, exporem os seus produtos. A nossa feira não está virada só para a nossa região. Mas trabalhamos em primeiro lugar para o nosso concelho. O importante é que as nossas empresas conseguiram chegar mais longe.

VN – Disse que só existe praticamente a Feira de



S. Pedro no distrito. Isso acresce a responsabilidade deste certame na divulgação do distrito?

AC – Acresce e acho que acaba por não ser bom para o distrito. Era melhor que houvesse competitividade, luta

salutar entre os certames e cada vez mais vontade de fazer melhor. Mas, infelizmente é o que temos. A nossa região está a ficar deserta, abandonada, os políticos viram-se só para o litoral e as estratégias políticas economicistas fazem com que tenhamos cada vez menos serviços e menos gente.

VN – Essa diminuição do número de pessoas poderá reflectir-se no certame?

AC – Na Feira não, mas no concelho e no distrito sim. Só ainda não sabemos quantas pessoas vão visitar a feira, mas em termos de expositores está dentro do normal.

VN – É trabalhoso organizar esta feira?

AC – Parece fácil para nós já que já o fazemos há dez anos, mas é um processo complexo.

A feira tem muitas vertentes. Tem a logística do recinto da feira, a parte dos espectáculos e dos expositores.

VN – Qual é o orçamento da Feira de S. Pedro para este ano?

AC – O orçamento mantém-se idêntico ao ano anterior. O ano passado reduzimos na ordem dos 15 por cento e este ano reduzimos também 15 por cento. Este ano, ronda os 350 a 400 mil euros. Torna-se complicado porque apesar de pensarmos que vamos ter a feira cheia, é preciso fazer apostas mais fortes para termos o mesmo número de visitantes e expositores.

VN – O cartaz deste ano não tem tantos nomes sonantes do panorama musical. É um cartaz mais barato?

AC – O cartaz não é mais barato em relação ao ano passado. A ideia que se criou é que não é um cartaz com tanta qualidade como em anos anteriores, mas não é verdade. Se repararem não reduzimos na despesa do cartaz musical mas sim noutras despesas.

VN – Qual é o custo do cartaz?

AC – Cerca de 130 mil euros. Se repararem no ano passado tínhamos dois ou três dias fortes e este ano temos o primeiro dia com o José Cid, no dia 24 o Quim Barreiros, dia 25 temos a final norte da Miss Portugal, na terça, dia 26,

a presença de um Dj internacional, segue-se o Emanuel na quarta-feira, na sexta, dia 29, temos mais um Dj Internacional, o Tim Royco, e no último dia o David Carreira. O ano passado tivemos a sorte de sermos apoiados pelo Continente e tivemos um dia muito forte com o Toni Carreira mas, este ano, vamos ter

vários dias fortes.

VN – Era possível a realização do certame sem a vertente musical?

AC – Sem a vertente musical não havia hipótese de a feira funcionar. Este é um evento de oito dias e de outra forma não funciona. Já fizemos alguns inquéritos aos expositores no sentido de saber a opinião deles em relação a uma possível redução do número de dias do certame, mas eles acham que não se deve cortar ao número de dias do evento. No entanto, eu acho que podíamos fazer algumas mudanças em termos dos dias da realização do certame. Acho que a feira podia funcionar em dois fins-de-semana. No dia 29, que é feriado municipal, seria o dia religioso e a festa seria no jardim municipal. Já fiz essa per-

gunta aos expositores mas não estão de acordo. Mas, eu penso que o futuro da feira vai passar por aí. Ao fim-de-semana as pessoas tem mais possibilidade para se deslocar e visitar, porque durante a semana trabalham.

VN – Quantos expositores tem este ano o certame?

AC – Cerca de 250. É um número igual ao ano passado. Por norma temos sempre cerca de 230 a 250 expositores.

VN – Os expositores vêm essencialmente de onde?

AC – Temos expositores de Macedo de Cavaleiros, do distrito de Bragança, mas cerca de 70 por cento são de outras localidades do Norte do

País.

VN – Há a ideia de que este tipo de certames está mais virado para a exposição do que propriamente para a venda directa. Isso verifica-se na Feira de S. Pedro?

AC – Nós fazemos inquéritos nesse sentido e temos conhecimento que se fazem bons negócios na feira. As empresas que vêm à feira já há alguns anos continuam a estar presentes é porque em termos económicos compensa. Através dos inquéritos percebemos que durante a semana, com menos gente a visitar, fazem melhores negócios, porque têm mais tempo para conversar com as pessoas. O melhor exemplo é o ramo automóvel e sabemos que é na altura em que há menos gente que conseguem conversar e fazer bons negócios. Eu penso que uma das virtudes que a feira tem é fazer bons negócios de outra maneira não trazia tantos expositores.

VN – O sector automóvel

ocupa um grande espaço na feira?

AC – Sim. Mas, este ano é um sector que está com uma quebra em termos de vendas.

VN – Isso quer dizer que diminuíram o número de expositores nesse sector?

AC – As grandes marcas estão presentes. Eu entendo que é uma altura complicada. Ocupam grandes áreas e expõem na Feira acarreta muitas despesas.



"Não reduzimos na despesa do cartaz musical mas sim noutras despesas. Sem a vertente musical não havia hipótese de a feira funcionar."

"Acho que podíamos fazer algumas mudanças em termos dos dias da realização do certame. Acho que a feira podia funcionar em dois fins-de-semana."



A par do turismo, este ano, a agricultura também ganha espaço na Feira de S. Pedro. O evento regressa às raízes e procura dinamizar o meio rural. O certame quer promover os produtos agrícolas, mas António Cunha reconhece que a tarefa é complicada, tendo em conta que não é fácil reunir expositores para este sector.

Fortalecer a agricultura

“As despesas são grandes, não só com a feira, mas também com a logística dos expositores. Depois, sabemos que não têm muitos produtos para exporem”, realça o presidente da Associação.

Na óptica de António Cunha, a aposta no sector agrícola é a mais acertada para o desenvolvimento do concelho e da região associada ao turismo. A ACIMC quer envolver todos os agricultores do concelho e

para tal dedica uma tarde dedicada exclusivamente a este sector. Aliás, esta é uma das novidades da XXIX edição do certame. A Tarde do Agricultor, marcada para o dia 24, vai contar com uma degustação de produtos regionais produzidos pelas empresas locais, seguida de uma merenda. Para tornar a iniciativa mais atractiva, a organização vai ter prémios para os agricultores que se deslocarem de

tractor para o recinto da feira. A tarde dedicada à agricultura é animada pela Banda Filarmónica de Paris, Ranchos Folclóricos de Macedo de Cavaleiros e de Puteaux (França) e Grupo de Cantares de Castelãos.

A tarde começa com um colóquio subordinado ao tema “Gestão da Água na Agricultura”, a cargo da Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte.

10

A VOZ DO NOROESTE



Miss Portugal em Macedo de Cavaleiros

A Feira de São Pedro é todos os anos um ponto de visita para inúmeras pessoas que procuram o distrito de Bragança na última semana de Junho. Aliada à vertente económica e musical, este ano o destaque vai para a final Norte da Miss de Portugal, depois de, no ano passado, Macedo de Cavaleiros ter recebido a fase distrital.

O concurso está marcado para o terceiro dia do certame e espera-se uma noite repleta de glamour.

A feira também é dinamizada por outras associações do concelho de Macedo de Cavaleiros, que realizam diversas iniciativas.

O primeiro dia conta com uma tarde virada para o desporto. O clube de Caça e Pesca organiza o 4.º Troféu de Rádio-modelismo e os Veteranos do Clube Atlético levam a efeito um triangular internacional de futebol, que traz à cidade a equipa francesa Associação Franco Portuguesa de Puteaux e o Casa Pia de Lisboa.

A Associação da Bela Vista vai reunir cerca de 150 praticantes de cicloturismo no XIV passeio marcado para o dia 24 de Junho e no mesmo dia realiza-se um concurso de pesca na Albufeira do Azibo. No último dia do certame, o Clube Caça e Pesca promove um Torneio de Tiro aos Pratos. O Instituto Piaget é outra das instituições que marca presença na Feira de S. Pedro, com a organização do colóquio "O envelhecimento activo e a solidariedade intergeracional".

No último dia do certame a escritora Sofia Martinez lança o livro "O primeiro Alquimista".

O preço dos bilhetes oscila entre os dois euros durante a semana e os três euros durante o fim-de-semana.



Feira de S. Pedro: um certame com 29 anos de história

Para conhecermos as origens da Feira de S. Pedro temos que recuar ao ano de 1983, data de arranque do certame. As raízes deste evento remontam às antigas feiras dos segadores. Todos os anos, no dia 29 de Junho, a actual Praça dos Segadores recebia segadores de toda a região para um dia de festa e tradição, que marcava o início de uma nova campanha de trabalho. A ideia de organizar o certame resultou da vontade de quatro macedenses. Luís Vaz, José Liberal, Fernando Rui Castanheira Pinto e José Mascarenhas tiveram a ideia de realizar uma feira em Trás-os-Montes.

Com o apoio da Câmara Municipal formaram a Associação Amigos da Feira de S. Pedro e realizaram, em Macedo de Cavaleiros, o primeiro certame de actividades económicas em toda a região, com uma forte componente agrícola. Três anos depois, em 1986, foi a autarquia que realizou o evento. Nesse ano, os doze concelhos do distrito decidiram fazer uma feira com um carácter rotativo, isto é, em cada ano a feira era realizada em cada um dos concelhos, com o nome Reginorde. O primeiro a realizá-la foi Miranda, cidade que quis continuar a organizar este certame, por isso Macedo retomou a realização da Feira de S. Pedro. Em 1988 a responsabilidade da Feira passou para a Associação Comercial e Industrial de Macedo de Cavaleiros.

Dez anos depois, a Feira de S. Pedro já tinha um recinto à altura e já era vista como o maior certame da região.

O recinto foi constantemente melhorado com a construção de um palco e duas naves, a demolição de pequenos pavilhões e a construção de tasquinhas.

O certame tem uma forte componente económica, aliada à variedade e qualidade dos seus espectáculos. Durante estes 28 anos já passaram pelo palco da feira grandes

nomes da música nacional e internacional, como Demis Roussos, Martinho da Vila, Daniela Mercury e Bonnie Tyler.

O certame é visitado em cada

edição por cerca de 80 mil pessoas, contando com cerca de 250 expositores, oriundos das várias regiões do País, e tem um papel importante na dinamização do município.



José Cid
23 Sábado

Emanuel
27 Quarta

DAVID CARREIRA
30 Sábado

Djs.
Hallux e Marcus
26 Terça

Quim Barreiros
24 Domingo

Djs.
29 Sexta
Tim Royko e Cosmo Klein

Luis Neves
23 Sábado

Tarde do Agricultor
Merenda e degustação
Banda Filarmónicas de Paris
Rancho de Puteaux
Rancho de Macedo
Grupo Cantares de Castelaos
Entrada Livre
24 Domingo
15.00 Horas

Ana R. Prada
30 Sábado

Crismar
27 Quarta

Plaggio
28 Quinta



Macedo de Cavaleiros
23 a 30 Junho

Djs.
Tex. vs Rico.
26 Terça

Miss Portugal
25 Segunda

Linda
28 Quinta

João Girão
25 Segunda

XXIX FEIRA EMPRESARIAL

“O apoio da autarquia tem sido

Numa altura em que a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Bragança (AHBVB) comemorou 122 anos, o seu presidente faz um balanço positivo dos seus cinco anos de mandato à frente de uma instituição que, ao contrário de muitas do País, não tem problemas financeiros motivados pelos cortes no transporte de doentes. Em entrevista à Voz do Nordeste, Rui Correia deixa ainda em aberto a possibilidade de se recandidatar ao cargo para um novo mandato.



14

VOZ
DO NORDESTE

Voz do Nordeste (VN) – Que balanço faz destes dois mandatos à frente da direcção da AHBVB?

Rui Correia (RC) – Sou da opinião que tem sido bastante positivo. Quando iniciámos o mandato anterior, o quartel estava num estado muito mau e neste momento está praticamente novo. Mas considero que o mais importante têm sido as pessoas, pois as várias equipas de trabalho têm sido fantásticas.

são a sua principal bandeira?

RC – Sim, conseguimos canalizar parte das verbas que vamos conseguindo obter, algumas do Estado e também da Autoridade Nacional de Protecção Civil, para obras. Além disso, na maior parte das obras que se fizeram, a mão-de-obra foi dos nossos bombeiros, que, de forma voluntária, fizeram um excelente trabalho. Só tivemos de adquirir praticamente os materiais.

“O que a autarquia nos transfere é o equivalente a 10 por cento do nosso orçamento”.

VN – As obras deste quartel

VN – O que é que foi feito e o

que é que ainda falta fazer?

RC – Começámos pela criação de uma camarata feminina, foi retirada toda a humidade do corredor de baixo, foram abertas janelas, criadas arrecadações, remodelámos o chão do salão multiusos, o telhado tinha infiltrações e foi arranjado, os balneários masculinos foram melhorados, toda a estrutura interior e exterior foi pintada. Criámos um salão nobre, que funciona como um museu, e o último investimento foi feito na modernização da central. Antes de terminar o mandato

Os cerca de 120 mil euros que recebemos por ano servem para pagar parte dos ordenados das equipas que estão permanentemente no quartel e que asseguram a segurança dos cidadãos de Bragança”.

mara de Bragança?

RC – Sim, o apoio da autarquia tem sido fundamental. O que a autarquia nos transfere é o equivalente a 10 por cento do nosso orçamento. Os cerca de 120 mil euros que recebemos por ano servem para pagar parte dos ordenados das equipas que estão permanentemente no quartel e que

asseguram a segurança dos cidadãos de Bragança. Também os operadores de central são pagos pela Câmara. Prestamos à autarquia vários serviços - todos os dias vamos ao aeródromo fazer a segurança

queremos ainda passar a secretaria para o rés-do-chão, facilitando o acesso aos utilizadores dos serviços.

VN – Como é que se conseguiu financiar essa intervenção?

RC – Com uma gestão equilibrada e com muito trabalho, pois esta corporação tem a componente de transporte de doentes com muito trabalho, uma vez que fazemos cerca de quatro mil quilómetros por dia e muitas das verbas provêm daí. Depois é uma questão de as equilibrar e penso que nós temos sabido fazer isso, mesmo com a dívida que a Unidade Local de Saúde (ULS) do Nordeste tem para connosco.

ao avião na aterragem e descolagem, transportamos água às populações, limpamos vias rodoviárias, apoiamos com as nossas viaturas (por exemplo com a autoescada), entre outros serviços.

VN – Reforçaram a vossa frota?

RC – Sim, principalmente nas viaturas de transporte de doentes e ambulâncias. Estávamos a comprar uma média de duas por ano e só não comprámos no ano passado e este ano. Em relação à linha de protecção e combate a incêndios, o anterior Governo colocou-nos cá uma viatura nova e temos vindo a modernizar a nossa frota. Adquirimos ainda quatro autotanques, cuja lavagem foi

VN – Tiveram o apoio da Câ-

lo fundamental”

suportada pela autarquia, porque antes faziam o transporte de combustível e agora estão ao serviço no abastecimento de água às populações.

VN – Ainda são necessárias mais viaturas?

RC – Acho que estamos razoavelmente bem equipados. O comando não tem feito chegar à direcção nenhum pedido especial. Talvez precisássemos de uma viatura de comando, porque um dos carros todo-terreno que tínhamos desistiu-se num dia de neve e ficou irremediavelmente danificado. Gostaríamos era de ter viaturas mais modernas.

VN – Como é que a Associação tem estado a lidar com as mudanças registadas no transporte de doente não urgentes?

RC – Para já não temos sentido problemas. Nós temos pensado sempre um pouco mais à frente, pois quando o problema começou a surgir nós introduzimos, de imediato, algumas alterações. Quando algum doente nos liga a pedir uma ambulância, nós dizemos-lhe quanto é que o serviço lhe vai custar e se quer o serviço mediante esse valor. Para evitar problemas de “pequenas” dívidas, que neste momento andam na ordem dos 25 mil euros,

resultante deste tipo de serviços. Equipámos as nossas ambulâncias com serviço de pagamento por multibanco. Assim as pessoas pagam logo e resolvemos o problema, porque às vezes estamos a falar de 10 euros que ficam por pagar durante muito tempo. No restante serviço, nós concorremos em parceria com as corporações de bombeiros de Macedo de Cavaleiros e de Mirandela ao transporte de doentes não urgentes da ULS Nordeste, mas o concurso



está suspenso. Uma das contrapartidas que nós dávamos era assegurar a segurança no heliporto sempre que o helicóptero do INEM aterriza e descola. Nós já o fazemos, mas o serviço é pago à parte.

VN – Quanto é, neste momento, o valor da dívida que a ULS Nordeste tem com a AHBVB?

RC – São aproximadamente 350 mil euros. A ULS Nordeste não nos pagava desde Agosto de 2010. Nas reuniões que já tivemos foi-nos dito que iria começar a ser pago o ano de 2012. De facto já nos pagaram o mês de Janeiro e também algumas facturas em atraso de 2011.

VN – O valor em dívida causa constrangimentos à associação?

RC – Há dois anos que não compramos nenhuma viatura, como anteriormente referi. Estávamos a fazer pagamentos

aos nossos fornecedores a 30 dias, mas agora está na casa dos 90 dias. Temos de lhes pedir paciência, mas no fundo estamos a aguardar e tem sido um pouco difícil. Há mais constrangimentos. Aguardamos a solução do problema.

VN – Vai recandidatar-se a um próximo mandato?

RC – Ainda é muito cedo para falar disso. Os elementos dos corpos sociais da Associação, direcção, conselho fiscal e mesa da assembleia geral, são voluntários, não recebendo um cêntimo que seja pelo seu contributo no engrandecimento desta causa, e tendo em conta o dinheiro que esta casa movimenta por ano, começa a exigir uma gestão profissional ou semi-profissional. Se não houvesse boa vontade entre todos, não seria possível, mas a verdade é que cansa um pouco. Só com a ajuda de todos foi possível conduzir esta “empresa”, por isso agradeço a todos os que no dia-a-dia colaboram para engrandecer esta Associação Humanitária, pois têm sido uma fantástica ajuda. Aos elementos que comigo fazem parte da direcção tenho uma palavra de profundo agradecimento pela colaboração e pela dedicação.

VN – Dos contactos que tem com a direcção da ULS Nordeste há indicações para novos pagamentos em breve?

RC – Informaram-me que no final de Junho será saldada cerca 60 por cento da dívida. Já vem ajudar a equilibrar as contas. Se não tivesse sido a sensibilidade da autarquia, que viu o problema e transferiu as verbas protocoladas dentro dos prazos, tínhamos passado por mais dificuldades.

VN – Com esse dinheiro já será possível implementar novos projectos?

RC – Gostava de concluir o mandato, em Dezembro, com o cumprimento das nossas promessas eleitorais, ou seja, modernizar a entrada do edifício com a passagem da secretaria para lá e adquirir mais duas ambulâncias, entre outras coisas, num investimento aproximado de 240 mil euros.



Serviços prestados:

- Socorro
- Combate incêndios
- Transporte de doentes
- Segurança ao aeródromo
- Segurança ao heliporto da ULS Nordeste
- Limpeza de estradas
- Abertura de portas
- Apoio a jogos de futebol e outras actividades desportivas e recreativas
- Buscas terrestres e aquáticas
- Formação em escolas e instituições diversas
- Vistorias de segurança
- Abastecimento de água às populações
- Simulacros

“Bragança deve ter orgulho nos seus bombeiros”

Ao comando da corporação de bombeiros de Bragança há oito anos, o Major José Fernandes não esconde a satisfação pelos homens e mulheres com quem trabalha todos os dias, considerando que são dos melhores do País.

Voz do Nordeste (VN) – Que balanço é que faz dos seus oito anos de comando nesta corporação de bombeiros?

José Fernandes (JF) – A população de Bragança é que deve pronunciar-se, nomeadamente quem teve de utilizar os nossos serviços por diversas razões, pois se reparar acompanhamos e apoiamos as pessoas ao longo da vida, desde o nascimento até à morte.

(VN) – Mas tem corrido como esperava?

(JF) – Pessoalmente sinto-

me realizado. Podemos sempre fazer melhor, mas penso que fizemos coisas boas, ajudando muita gente. É certo que fica sempre alguma coisa por fazer ou que foi feito menos bem, mas a história é a soma daquilo que se fez e do que se podia ter evitado e nós podíamos ter evitado algumas coisas. Ainda assim, todos os dias damos o nosso melhor para tentar melhorar. Se o conseguimos ou não outros que nos julguem.

(VN) – Qual é o actual efectivo da corporação?

(JF) – O número varia entre os 120 e os 125 elementos. Felizmente todos os anos entram entre 12 a 15 novos voluntários que formam uma nova “escola”. Outros vão saindo, porque infelizmente Bragança não fixa jovens. Estamos a assistir a um fenómeno novo de emigração, porque no nosso País já não há trabalho. Saliento que já temos pessoas inscritas para a “escola” que vai abrir em Outubro, o que é muito positivo, embora a nossa base de apoio sejam os assalariados. É neles que assenta a maior responsabilidade de tudo o

que nós fazemos.

(VN) – Mas há uma preocupação em manter o efectivo com o actual número de elementos. Porquê?

(JF) – Sim é verdade. Quando cá cheguei, lutámos para que o corpo de bombeiros de Bragança fosse de tipo I, que é a classificação máxima. Para isso, tem que ter no mínimo 120 elementos. Esta classificação dá-nos vantagens e projecção. Para além disso, também apostámos na formação e tenho a certeza que os bombeiros de Bragança são dos melhores a nível nacional. Eu conheço muitos outros corpos de bombeiros, até porque faço parte da estrutura da Liga de Bombeiros a nível nacional, e Bragança deve ter orgulho nos seus bombeiros, pois são dos melhores do País.

(VN) – Que importância tem o voluntariado?

(JF) – O voluntariado é uma componente muito importante nos bombeiros, mas hoje é necessário uma base profissional, que assegure o socorro 24 horas por dia. Para cumprir esta missão, temos

um Grupo de Intervenção Permanente (GIPE), constituído por 9 elementos, uma Equipa de Intervenção Permanente (EIP), constituída por 5 elementos, 10 motoristas, 5 operadores de central, 2 administrativas e 1 auxiliar de serviços gerais.

Os voluntários vêm reforçar esta instituição, sobretudo aos fins-de-semana e no horário pós-laboral. Eu costumo dizer que temos mais gente das 17:00 às 09:00 do que das 09:00 às 17:00 horas, o que para nós é muito gratificante, pois contamos com o empenho e a dedicação de pessoas que saem do trabalho, abdicando das suas horas de lazer em prol da comunidade.

(VN) – E quanto ao seu futuro à frente da corporação?

(JF) – Esta instituição tem 122 anos, nasceu na Monarquia, passou para a República (Estado Novo e Democracia) e por cá passaram centenas de pessoas que deram o seu melhor, contribuindo para o bem-estar e segurança dos habitantes deste concelho. Eu estarei aqui enquanto as pessoas que confiaram em mim assim o quiserem. Refiro-me ao presidente da Câmara e à direcção desta instituição, que me requisitaram ao Exército (onde eu estava e para onde regressarei quando terminar esta missão). Aproveito para agradecer o apoio da direcção e de todos os bombeiros que dia a dia dão o seu melhor por esta instituição, pois sem eles a minha missão seria impossível. Agradeço ainda a todos aqueles que me criticam, pois ao fazê-lo contribuem para que as minhas decisões sejam mais pensadas e ponderadas e tenho a certeza que assim serão mais justas.



Aposta na formação dos bombeiros

Paulo Ferro, bombeiro na corporação de Bragança, é desde Março o presidente da Comissão Coordenadora Nacional da Juvebombeiro. Já era o representante distrital de Bragança desta colectividade, cargo que teve de abandonar para assumir a representação nacional. Esta eleição “é bom para a corporação, porque é uma representação emblemática. É uma estrutura bastante jovem e conseguimos ter uma melhor visibilidade de uma zona do interior onde, muitas vezes, os bombeiros são postos de parte e esquecidos”, refere. Para o responsável, esta “é uma estrutura criada a pensar nos jovens bombeiros que são uma das principais



engrenagens dos bombeiros em Portugal. Por isso, é importante manter uma estrutura

que dê apoio e reconhecimento”.

Paulo Ferro já tem alguns pro-

jectos em mente, mas lamenta que “muitas vezes acabam por desaparecer por falta de verbas, que é um dos principais problemas”. Uma das ideias prende-se com o incentivo ao voluntariado, “que visa formar bombeiros desde os 16 anos. Desta forma, começa-se a tomar conhecimento da actividade que os bombeiros desenvolvem e da importância que têm na sociedade”, explica Paulo Ferro. Por outro lado, um dos principais problemas sentidos pelos jovens bombeiros “é a falta de formação específica, que é essencial para melhorar a operacionalidade. Nós queremos lutar para que haja mais acções”, conclui o presidente da Juvebombeiro.



“É a profissão que sempre gostei”

António Neto Leal, 52 anos, é um dos bombeiros mais antigos da corporação. “O melhor da minha vida está aqui”, diz com convicção. “Vim para cá com 17 anos e nunca mais saí. É a profissão que sempre gostei e continuo a gostar”, garante.

No entanto, admite que não é fácil conciliar a vida profissional com a pessoal. “Comecei como motorista e quando ia para o Porto, saía de manhã e chegava à noite. Como a minha mulher também traba-

lhava, era complicado estar com ela e com os filhos. Tinha a sorte de ter os sogros que tomavam conta deles”, recorda.

Além disso, um dos filhos “já é profissional da casa”, afirma com orgulho. “Ele tinha quatro anos e já ia comigo às instruções. Cheguei a estar de folga e ser chamado para incêndios e ter de o levar comigo, porque não tinha com quem o deixar”, recorda. António Neto foi segundo comandante da corporação du-

rante seis anos e mesmo com tanto tempo de experiência não esquece a aflição por que passou num incêndio há três anos. “Andavam três bombeiros a apagar as chamas e de repente o vento mudou de direcção. Se eu não tivesse lá ido, tinham lá ficado”, explica. Foi uma história que o marcou porque “somos todos colegas. Tirando as divisas, somos todos homens”.

“Todas as missões são importantes”

Miguel Parreira, estudante, 18 anos, decidiu alistar-se “para ajudar a população”. É um dos 12 novos bombeiros da corporação de Bragança. Integrou a última escola de estagiários que terminou a formação no início deste mês. “Aprendi muita coisa que nem imaginava que pudesse ser

assim”. “É gratificante pois estamos a fazer o bem, a ajudar pessoas”, acrescenta. Já quanto aos serviços que tem feito, diz que não tem grandes preferências sobre uma área específica. “Vou para onde me destaca o chefe de piquete. Gosto de fazer de tudo um pouco”, refere.

Miguel Parreira realça que já actuou em várias situações. “Todas são importantes, porque sabemos que estamos sempre a ajudar, quer seja no socorro a alguém com uma doença súbita ou num incêndio”. Quanto ao futuro na corporação: “Se houver oportunidade de ingressar, não vejo problema”.





r u t e
c o u t o

Jurista e docente
do IPB

Terminologia Jurídica – alguns conceitos

Usucapião. Em algumas terras transmontanas até é comum ouvir outras expressões, mas a figura em causa só tem este nome: usucapião. Deriva do latim *usucapio*, que significa adquirir algo pelo tempo; por outras palavras, estamos perante um meio de aquisição de propriedade ou de outro direito real (por exemplo, o usufruto) pela posse por determinado lapso de tempo previsto legalmente.

Trespasse. Neste negócio jurídico transmite-se o estabelecimento comercial como um todo (v.g. as máquinas, os utensílios, as licenças, os contratos de trabalho e inclusive o direito de arrendamento, se existir). O que habitualmente se lê nas montras dos estabelecimentos – “passa-se” – está errado.

Penhor e Penhora. Não se podem confundir estas duas figuras. O penhor é uma garantia real do cumprimento das obrigações: o credor assegura o direito à satisfação do seu crédito, pelo valor de certa coisa móvel pertencente ao devedor ou a terceiro (por exemplo, o Sr. António empresta €1000 ao Sr. Bento a pagar daqui a três meses: durante esse período o Sr. António fica com um anel de ouro pertencente ao Sr. Bento, como forma de garantir o pagamento). Esta figura é semelhante à hipoteca, todavia esta incide sobre bens imóveis ou móveis sujeitos a registo). Já na penhora estamos perante uma apreensão judicial de bens, no decorrer de uma ação executiva (o devedor não pagou a sua dívida na data estipulada e entrou em mora – atraso no cumprimento da obrigação). São penhoráveis os bens do de-

vedor, por exemplo, a casa, o automóvel e no máximo 1/3 da sua retribuição.

Resolução e Denúncia do Contrato de Trabalho. O legislador, antes da aprovação do Código de Trabalho de 2003 estipulava como causas de cessação do contrato, entre outras, a rescisão com ou sem justa causa por iniciativa do trabalhador. Todavia, aquele diploma substituiu a rescisão com justa causa por resolução: quando existe um comportamento culposos do empregador que pela sua gravidade torne impossível manter a relação laboral; e a lei substituiu, de igual modo, rescisão sem justa causa pela denúncia: o trabalhador simplesmente pretende que o contrato de trabalho cesse, independentemente de justa causa (terá que dar um aviso prévio que varia consoante a sua antiguidade e o contrato celebrado – sem termo ou a termo). Quantas vezes ainda se diz hoje em dia a expressão “rescisão” do contrato? Note-se que o Código de Trabalho de 2003 já foi revogado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de

Fevereiro, que aprovou o atual Código do Trabalho.

E ainda no Código do Trabalho. Desde 1989 que o legislador laboral fala em contratos de trabalho a termo e não em contratos de trabalho a prazo (apelidados como contratos com pouca esperança de vida, uma vez que sabemos que irão cessar). Todavia, é muito comum ainda ouvir dizer contratos de trabalho a prazo. O mesmo se passa com o trabalho suplementar que é denominado ainda hoje por trabalho extraordinário.

Legislação:

Artigos 1022.º e 1023.º do Código Civil; Artigos 2013.º e 210.º do Código Penal; Artigo 1287.º do Código Civil; Artigo 1112.º do Código Civil; Artigo 666.º do Código Civil; Artigo 394.º e 400.º do Código do Trabalho.

Para perguntas e sugestões:
comtododireito@ipb.pt

Qual é a diferença entre aluguer e arrendamento?

Furtar e roubar são sinónimos? E o que significa usucapião?

Saiba responder a estas e a outras questões.

Aluguer e Arrendamento. O que está em causa é o contrato de locação, definido pela lei civil como o contrato pelo qual uma das partes se obriga a proporcionar à outra o gozo temporário de uma coisa, mediante retribuição. Se a locação incidir sobre bens imóveis diz-se arrendamento; se versar sobre coisas móveis denomina-se aluguer. Daí que não seja correto dizer “aluga-se casa”, embora seja bastante frequente.

Furto e Roubo. Quem, com ilegítima intenção de apropriação para si ou para outra pessoa, subtrair coisa móvel alheia pratica o crime de furto. Se for a mesma conduta, mas por meio de violência contra uma pessoa, de ameaça com perigo iminente para a vida ou para a integridade física, ou pondo-a na impossibilidade de resistir, estamos perante o crime de roubo.



festival nacional da alheira



6, 7 e 8 JULHO 2012

ESTÁDIO DO
LUSITÂNIA DE LOUROSA

FESTIVAL GASTRONÓMICO
EXPOSIÇÃO, DEGUSTAÇÃO E VENDA
- PRODUTORES E TASQUINHAS
ANIMAÇÃO MUSICAL
e ESPECTÁCULOS PERMANENTES

SEXTA-FEIRA 06 (20h00 > 02h00)

// 21h00 **MARCUS LIVE SHOW**
VOZ dos HITS "ai se eu te pego"
"tem mulher solteira aí" e "bara bara bara"

// 22h00 **HERMAN JOSÉ**
// 23h00 **SKELECTRONIC LIVE & BIMOTOR GUEST DJS:**
DJ RUI FIGUEIREDO :: DJ RICARDO TAVARES :: DJ JOFER RIBEIRO



SÁBADO 07 (12h00 > 02h00)

// 12h00 DJ CONVIDADO BY BIMOTOR DJ: **JOÃO REIS** // 13h00 **SÓSIAS DE TONY CARREIRA**
- o vencedor deste passatempo, à semelhança do programa "A Tua Cara Não Me É Estranha",
cantará uma música em palco e recebe o seu prémio das mãos de Tony Carreira - casting nos
bares da região de 4 de Maio a 29 de Junho, apurando-se os 8 melhores // 15h30 Espectáculo
infantil / juvenil // 17h30 Passatempo "BOLA NA BARRA" com estrelas convidadas - a favor da
O.N.G. "VIVER 100 FRONTEIRAS" // 18h30 ARTISTAS LOCAIS CONVIDADOS

// 21h00 **PATRÍCIA COUTO [MAXGIRLS]**
// 22h30 **TONY CARREIRA**



Apresentado por



www.tonycarreira.com

// 00h30 **BSK DJ** presents MADONNA ELECTRONIC

DOMINGO 08 (12h00 > 00h00)

// 12h00 DJ CONVIDADO BY BIMOTOR DJ: **RUBEN ROCHA**
// 13h30 **CHUVA DE TALENTOS** (Idolos + A Voz de Portugal
+ Chuva de Estrelas + Morangos com Açúcar) // 17h30 Festival de
RANCHOS FOLCLÓRICOS // 19h00 Passatempo "BOLA NA BARRA II"
com estrelas convidadas // 20h00 Espectáculo **GRUPO DE BOMBOS**
"OS UNIDOS DE OLIVEIRA"



// 20h30 **STAND-UP COMEDY** com
FERNANDO ROCHA
// 22h00 **QUIM BARREIROS**



www.alheirafest.com

Espaço FEIRA DE DIVERTIMENTOS MECÂNICOS
Laser Show :: Animação Circense

JÁ À VENDA!
VENDA ANTECIPADA

PASSAPORTE / LIVRE TRÁNSITO 3 DIAS (oferta de 1 cerveja + 1 refrigerante)
Lote limitado - preço especial do patrocinador principal "Art System" - à venda apenas nas lojas
BIMOTOR Santa Maria da Feira e Porto www.bimotorj.com
10,99€
Incluído
12,99€
Incluído
Em todos os PATROCINADORES OFICIAIS e parceiros, na sede do FESTIVAL (Av. Principal, 1469 - Lourosa),
sede do LUSITÂNIA DE LOUROSA e com a equipa de vendas (916 824 985 // 917 444 237 // 914 451 457 //
968 775 405 // 917 800 461)
NO DIA Apenas nas bilheteiras do ESTÁDIO // SEXTA: 6,00€ // SÁBADO: 10,00€ // DOMINGO: 8,00€ (todas com IVA incluído)
APENAS CONCERTO TONY CARREIRA - ENTRADA A PARTIR DAS 20H00
7,50€ (incluído) // à venda apenas na TICKETLINE PT a partir de 1 de Junho de 2012 (sujeito à disponibilidade)

Outros postos de venda: E.LECLERC - Feira // lojas Lusomassa (Lourosa, Rio Meão, Paços de Brandão,
Nogueira da Regedoura, Granja, Mozelos, Matosinhos)

www.parquebiologicodevinhais.com

PARQUE BIOLÓGICO de Vinhais

Venha descobrir os
ENCANTOS DA NATUREZA



Câmara
Municipal
de Vinhais



TuriMontesinho
Empresa Municipal de Promoção Turística de Vinhais E.M.

ABERTO DIARIAMENTE
a 2 Kms de Vinhais

Parque Biológico de Vinhais Alto da Cidadelha
Apartado 15, 5320 Vinhais
tel/fax: 273771040 tlm: 933 260 304
email: vinhais@parquebiologico.pt



Parque
Biológico
Vinhais